

1 **ATA DA 44ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA INSTITUCIONAL CONJUNTA COM O**
2 **DIRETÓRIO COLEGIADO**, realizada no dia dez de maio de 2018, às 9 horas e 30 minutos, na Sala da
3 Secretaria de Serviços, Segurança e Ordem Pública de Petrópolis – Estrada União e Indústria, 10.000 – Itaipava
4 – Petrópolis - RJ, com a presença de 3 membros da Câmara Técnica, 5 membros do Diretório Colegiado e 4
5 convidados (conforme a relação de presença no final da ata), a reunião teve início às 9 horas e 30 minutos,
6 conduzida pelo Coordenador da Câmara Técnica do Comitê Piabanha, Sr. David Miller (AACP).

7 **Pauta/Discussão:**

8 **1. Aprovação da ata da 6ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica.** A ata não foi finalizada a tempo de
9 ser apresentada na reunião.

10 **2. Aprovação dos principais temas discutidos a respeito da sustentabilidade do sistema de recursos**
11 **hídricos como propostas de discussão no ECOB 2018 e elaboração de apresentação.** Foram apresentados os
12 principais temas discutidos na reunião anterior com o objetivo de serem levados ao ECOB 2018, que abordará o
13 tema sustentabilidade do sistema de recursos hídricos. Após a apresentação dos temas propostos na reunião
14 anterior, foram feitas alterações e os itens a serem levados como contribuição do Comitê Piabanha ao ECOB
15 foram: 1) Propor a definição do real valor da água, o incentivo ao uso racional e a cobrança de valores que
16 causem impacto capaz de conscientizar os usuários e consumidores, com o objetivo de atingir os objetivos da
17 legislação estadual de recursos hídricos: o de “reconhecer a água como bem econômico e como recurso limitado
18 que desempenha importante papel no processo de desenvolvimento econômico e social, proporcionando aos
19 usuários indicações de seu real valor e dos custos crescentes para sua obtenção” e de “incentivar a
20 racionalização do uso da água”. 2) Verificar qual estratégia deve ser utilizada na gestão dos recursos hídricos,
21 visando custear a estrutura administrativa da agência e a execução de programas e ações: o modelo atual, no
22 qual é cobrado um valor baixo pelo uso da água e depois verificado o que é possível executar com a arrecadação
23 gerada; ou, com base nos objetivos da política estadual de recursos hídricos, verificar qual o montante de
24 arrecadação é necessário para executar as ações essenciais e, a partir do valor total, definir o valor da cobrança.
25 3) Readequar a cobrança pelo uso de recursos hídricos para dar sustentabilidade financeira ao sistema de
26 recursos hídricos, sem depender majoritariamente da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos
27 Hídricos para Geração de Energia Elétrica (CFURH), levando em conta os percentuais repassados aos Estados,
28 que foram modificados pela Lei Federal 13.661/2018. 4) Definir o real valor da água a partir do
29 aperfeiçoamento do cadastro de usuários e do monitoramento contínuo da quantidade e da qualidade da água. 5)
30 Destacar a importância de ampliar a estrutura do órgão gestor para que a concessão de outorgas ocorra de forma
31 mais rápida. 6) Propor que todos os Comitês do Estado do Rio de Janeiro aproveem, no final de cada ano, a
32 correção monetária do Preço Público Unitário da água. 7) Rever e discutir, no âmbito da outorga, as definições
33 de usos considerados insignificantes pela legislação, de modo a verificar se realmente não impactam na
34 quantidade e na qualidade da água ou se são insignificantes apenas no sentido de não ser viável cobrar
35 individualmente pelos usos, tendo em vista os baixos valores e a operação demandada para realizar a cobrança.
36 E, além disso, verificar se a soma dos usos insignificantes causa impactos significativos na gestão de recursos

37 hídricos, propondo, ainda, a criação de “outorgas coletivas” e “cobranças coletivas”. 8) Desenvolver
38 mecanismos e fórmulas da cobrança que realmente estimulem o uso racional da água, diferenciando os valores
39 para cada tipo de uso em função do impacto por ele gerado. Distinguindo também os critérios de cobrança com
40 base no tipo de uso (qualidade de efluentes lançados, usos consuntivos, usos agropecuários, uso de água
41 subterrânea e água superficial, usos sazonais), além de incentivar à implantação da macromedição visando a
42 obtenção de dados confiáveis e o desenvolvimento de estratégias de redução e de controle de perda de água
43 verdadeiramente eficazes. Além de propor a discussão sobre a cobrança pelo uso dos recursos hídricos das
44 Pequenas Centrais Hidrelétricas. 9) Incentivar que os Comitês estabeleçam o enquadramento dos corpos
45 hídricos nas bacias hidrográficas no estado do Rio de Janeiro, para assegurar que a qualidade das águas seja
46 compatível com as demandas, e prever mecanismos para efetuar a cobrança de forma diferenciada em função da
47 qualidade da água do corpo hídrico. Foi solicitada a consolidação do texto com as propostas de temas a serem
48 discutidos no VI ECOB, a elaboração das apresentações e, posteriormente, o envio dos arquivos para os
49 membros da Câmara Técnica e do Diretório Colegiado. Foi solicitado, também, o envio da informação
50 atualizada sobre o andamento do Projeto de Lei que visa alterar as Leis 4.247/2003 e 5.234/2008, que dispõem
51 sobre a cobrança pelo uso dos recursos hídricos no Estado do Rio de Janeiro.

52

53 *Encaminhamentos: 1) Encaminhar informação atualizada aos membros sobre o andamento do Projeto de Lei*
54 *que visa alterar as Leis 4.247/2003 e 5.234/2008, que dispõem sobre a cobrança pelo uso dos recursos hídricos*
55 *no Estado do Rio de Janeiro; 2) Encaminhar, se houver, os Relatórios e Cartas de Intenções dos últimos*
56 *ECOBs para os membros. 3) Consolidar o texto com as propostas de temas a serem discutidos no VI ECOB,*
57 *elaborar as apresentações e encaminhar para aprovação dos membros.*

58 **Reunião encerrada às 12 horas e 52 minutos. Ata lavrada por Victor Machado Montes, Coordenador de**
59 **Núcleo da AGEVAP UD2 - CBH Piabanha.**

60

Petrópolis, 10 de maio de 2018.

61

62 **Ata aprovada na 45ª Reunião da Câmara Técnica Institucional, realizada no dia 19 de julho de 2018, em**
63 **Petrópolis.**

64

65

David Miller

66

Coordenador da Câmara Técnica do Comitê Piabanha

67

68 **LISTA DE PRESENÇA**

69

70 **Membros da Câmara Técnica:** APOP (Paula B. Pareto), AACP (David Miller), APEA (Claudia Karina
71 Wilberg de Castro). **Membros da Diretório Colegiado:** TRANSPORTE ÚNICA (Rafaela Facchetti),
72 APEDEMA-RJ (Markus S. Budzynkz), PREF. DE PARAÍBA DO SUL (Luís Eduardo Amorim), PREF. DE

- 73 TERESÓPOLIS (Raimundo A. Lopes), COPPE/UFRJ (José Paulo Azevedo). **Convidados:** Victor Montes
74 (AGEVAP), Karolline Medeiros (AGEVAP), David Costa (AGEVAP) e Luís Henrique Gouvêa (AGEVAP).

